



SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988



15ª REUNIÃO DA DIREÇÃO NACIONAL BIÊNIO 2022/2024.

ATA

1 Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às 18h10min, no formato virtual, pela plataforma
2 Zoom, foi instalada a 15ª Reunião da Direção Nacional do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação
3 Básica, Profissional e Tecnológica – **SINASEFE**, biênio 2022/2024. A mesa foi coordenada por Denilza Frade,
4 Coordenação de Administração e Finanças – CAF, 1ª Tesoureira, que iniciou apresentando a proposta de pauta
5 da reunião: **1. Informes; 2) Composição das comissões do Sinasefe; 3) Convocação do Encontro Nacional de**
6 **Educação - ENE; 4) Campanha salarial (possível resposta do governo); 5) CAF: atualização da situação financeira**
7 **do Sinasefe; Reforma da casa; Prestação de contas pelo Conselho Fiscal; 6) Plenária Nacional; 7) 36° Consinasefe.**
8 **Foram sugeridas e acatadas duas inversões, ficando a pauta da seguinte forma: 1. Informes; 2) Convocação do**
9 **Encontro Nacional de Educação ENE; 3) Campanha salarial (possível resposta do governo); 4) CAF: atualização da**
10 **situação financeira do Sinasefe; Reforma da casa; Prestação de contas pelo Conselho Fiscal; 5) Plenária Nacional;**
11 **6) 36° Consinasefe; 7) Composição das comissões do Sinasefe.** A seguir foram iniciados os informes. Lucrécia
12 Iacovino, secretária da Coordenação de Pessoal CNS, informou que no dia anterior havia acontecido a reunião da
13 CNS, que teve o objetivo de alinhar as discussões e como seriam tratados os assuntos coma Fasubra. Informou
14 que Fasubra apresentou a resolução de sua última plenária, com a proposta de que sejam feitas simulações de
15 vários pontos das propostas da Fasubra e Sinasefe, que serão encaminhadas às bases para discussão. Informou
16 ainda, que foi deliberado que as reuniões serão semanais e no formato virtual. Finalizando, lembrou que o trabalho
17 feito é um bastante técnico para que seja possível avançar nas propostas da CNS e CNSC da Fasubra. Manoel Porto,
18 Coordenação de Políticas Educacionais e Culturais, deu informes da participação do Sinasefe no I Seminário
19 Internacional de Formação de Professores para a Educação Profissional, Técnica e Tecnológica organizado pela
20 UERJ, do qual o Sinasefe foi apoiador na divulgação. Informou que além dele, participaram também Elenira Vilela
21 e João Cichaczewski e que o evento foi grande e contou com muitos servidore(a)s da Rede Federal. Em sua
22 avaliação, Manoel considerou que o Sinasefe teve uma boa intervenção, tendo em vista a “diversificação” de
23 participantes, como a Unesco, Firjan, dentre outras organizações. Complementando seu informe, Lucrécia
24 Iacovino destacou que foi de extrema importância a colaboração da base viabilizando a participação de membros
25 da CNS na reunião em Brasília. João Cichaczewski, Coordenação de Políticas Educacionais e
26 Culturais, complementando o informe de Manoel, reafirmou que foi muito positiva a participação do sindicato.
27 Ressaltou que o Sinasefe deve ter mais cuidado em eventos na UERJ, pois não há muito o que dialogar ou debater
28 com organismos como a Unesco e Firjan. E que numa próxima se eles não estiverem, o Sinasefe deve estar, caso
29 contrário, o sindicato não deve estar. Artemis Martins, Coordenadora-geral, parabenizou a companheira Maíra
30 que foi aprovada na seleção de doutorado da Unicamp. Em seguida deu as boas-vindas e formalizou o ingresso
31 de Jeferson Oliveira Lima na Direção Nacional, mais novo integrante da Pasta de Inclusão e Acessibilidade.
32 Parabenizou a atuação da Pasta de Políticas Educacionais no evento da UERJ. Em seguida reafirmou que a
33 concretização da reunião da CNS foi o resultado de uma ação colaborativa de muitas seções, para viabilizar a
34 participação dos membros, lembrando que a prestação de contas será disponibilizada à DN e às Seções Sindicais
35 em breve. Lembrou que no dia doze haverá mobilização contra a votação do PL que tem relação com o Novo
36 Ensino Médio. Reinscrito, Manoel informou que no dia doze será lido o relatório de Mendonça Filho. Denilza
37 Frade colocou que o plantão está se organizando para fazer pressão no Congresso. Em seguida, passou a palavra
38 para Jeferson Oliveira Lima, TAE, ex-dirigente da Seção Pará, mais novo membro da Direção Nacional. Com a



Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco
C, Edifício Serra Dourada, Salas 109
e 110. CEP: 70300-902. BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2192-4050
E-MAIL: dn@sinasefe.org.br

WWW.SINASEFE.ORG.BR



SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988

FILIADO À:



39 palavra, Jeferson agradeceu o convite e se colocou à disposição para contribuir com a DN. Concluídos os informes, a
40 palavra foi concedida a Manoel Porto, para dar início ao ponto “Convocação do Encontro Nacional de Educação -
41 ENE”. Em sua avaliação, Manoel entende que a construção da Conferência Nacional da Educação - CONAE está
42 bastante problemática, a direita e suas prefeituras não têm feito uma ampla divulgação das etapas municipais e
43 regionais. Entretanto, o texto construído pela FNE para a CONAE é avançado e entende não ser aconselhável
44 descredenciar totalmente a CONAE, pois isso facilitará o jogo da direita na briga pelos rumos da educação. Colocou
45 ainda, não será saudável que o Sinasefe e o ANDES façam o chamamento do ENE, com pouca participação,
46 inclusive do movimento estudantil e que nesse quadro, o ENE elaborado em paralelo à CONAE não terá força
47 política suficiente para fazer de fato uma disputa na sociedade. Neste sentido, considera contraproducente a
48 construção do ENE nesse momento em que o Sinasefe conseguiu realizar boa discussão de políticas educacionais
49 e que, em seu entendimento, seria válida uma conversa com o ANDES, para uma maior participação no FNPE,
50 mesmo que não seja orgânica, totalmente. João Cichaczewski, colocou que a reunião convocada pelo ANDES
51 deixou claro que a proposta dos companheiros do ENE não é a de fazer frente à CONAE e sim da leitura da
52 necessidade da realização do ENE para o próximo ano, sem data, ou, período específico. João lembrou que a decisão
53 de participação, enquanto sindicato, no FNPE é uma resolução da Direção Nacional e a resolução de construção
54 dos ENEs é congressual e reafirmou a necessidade da construção desses espaços; que o espaço do ENE, está
55 limitado nesse momento, entretanto é um espaço de rearticulação do campo da classe trabalhadora que pensa
56 uma educação voltada para as demandas da classe trabalhadora brasileira, podendo, inclusive, influir depois no
57 FNPE e no FNE que não cumprem esse papel. Nesse sentido, em seu entendimento a construção do ENE junto à
58 CONADEP é fundamental para que se consiga fazer existir um espaço onde seja possível dialogar um projeto de
59 Educação sem a influência das fundações e conciliação de classes. David Lobão, coordenador – geral, destacou
60 que em seu entendimento o ENE não possui mais a mesma força que tinha, mas entende que o Sinasefe não deve
61 tomar uma posição individual, a discussão deve ser coletiva e que o Sinasefe deve participar da CONAE como
62 observador, porém, propõe que é necessário ouvir mais as entidades que estão se articulando, para saber como
63 fazer uma ação mais conjunta, defendendo um fórum único, com independência, autonomia, não fazendo parte
64 das instituições do governo, que é o que divide o movimento. Denilza Frade ratificou a fala de Lobão, de que o
65 Sinasefe deve participar como observador, para entender o processo para que possa ter uma definição de seu
66 papel. Artemis Martins propôs que a coordenação de Políticas Educacionais do Sinasefe organize um seminário
67 virtual de Políticas Educacionais, com ênfase no ENE. Larissa Leal, Coordenação de Formação Política e Relações
68 Sindicais, defendeu a necessidade de o Sinasefe estar no espaço da CONAE e realizar o ENE, onde de fato será
69 possível a construção da proposta, a partir do que não foi contemplado na CONAE. José Eurico, Coordenação de
70 Combate às Opressões, reafirmou que é necessário reagrupar, porém, o Sinasefe não deve tomar qualquer decisão
71 sozinho e que deve participar da CONAE como observador. Ao final das intervenções, Denilza consultou o plenário
72 sobre a proposta de Artemis, de convocação de **Seminário pela pasta de Políticas Educacionais, para tratar das**
73 **questões acerca do ENE. Houve consenso e foi acordado ainda, que a pasta construirá uma proposta para a**
74 **realização do seminário e orientará a ampla mobilização das bases, possivelmente para o mês de fevereiro de**
75 **dois mil e vinte e quatro.** A seguir foi iniciado o ponto Campanha Salarial. Com a palavra, David Lobão informou
76 que o governo marcou a próxima reunião da Mesa para o dia dezoito de dezembro. Externou sua preocupação,
77 caso o governo exija a assinatura de um acordo, pois a base terá que ser ouvida e decidir. Nesse sentido, propôs
78 que a partir agora, o Sinasefe publique diariamente em suas mídias, matéria sobre a campanha salarial, como
79 forma de constranger o governo, por ter arrastado a resposta à classe trabalhadora até dezoito de dezembro
80 propositadamente. Propôs ainda, que fique em aberto a convocação de plenária em caráter de urgência. Ainda
81 sobre a campanha, Artemis colocou que o cenário não é favorável e que é provável que o governo dê um prazo



Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco
C, Edifício Serra Dourada, Salas 109
e 110. CEP: 70300-902. BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2192-4050
E-MAIL: dn@sinasefe.org.br

WWW.SINASEFE.ORG.BR



SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988

FILIADO À:



82 curto para a resposta e que não há como convocar uma plenária de última hora. Nesse sentido, propôs que o
83 plantão já articule a convocação de uma Plena, independentemente da resposta do governo, pois faz-se necessária
84 a discussão sobre a campanha salarial com as bases, a partir do dia dezoito de novembro. Denilza teve acordo
85 com a proposta de Artemis e expôs que se a houvesse consenso na DN, o plantão encaminhará no dia seguinte a
86 convocatória da Plena, com o objetivo de garantir às Seções que elejam seus representantes em tempo hábil.
87 Eurico destacou que o Sinasefe deve estar preparado para mais uma negativa de percentual de reajuste para os
88 servidore(a)s. Antonildo Pereira ratificou a posição de Eurico e ressaltou a importância de construção da greve,
89 mas reconhece que será muito difícil a mobilização para tal. Entende que a data da próxima plenária só deverá ser
90 definida após a realização da reunião da mesa. Rita Gil sugeriu que a DN marcasse a plenária para o dia vinte de
91 dezembro e que no dia dezoito à noite, desse os informes sobre a reunião à base, somente a partir daí, marque a
92 plena. Rita fez um apelo para que os negociadores solicitem um prazo maior ao governo para a resposta. João
93 defendeu a realização da plena para o dia dezoito e apresentou como adendo, que a coordenação – geral
94 elabore o informe sobre os desdobramentos das Mesas durante o ano, às bases junto com a convocatória da
95 Plena, para subsidiar e qualificar o debate nas Assembleias. Ainda como adendo, que a DN se coloque à disposição
96 para participar das Assembleias online, e ou, presenciais custeados pelas Seções, para contribuir no processo de
97 mobilização. Reinscrito, Lobão colocou que a plenária só deverá acontecer, caso o governo exija a assinatura de
98 um acordo e considera que a marcação com antecedência desse fórum, demonstrará que o Sinasefe está
99 aceitando a lógica do governo. Lucrécia reafirmou a necessidade da realização de uma plena, independentemente
100 da resposta do governo e que as seções devem jogar peso na mobilização de suas bases, para que seja possível a
101 deliberação do indicativo de greve. Felipe Oliver se colocou favorável à realização da Plena após a reunião,
102 consensuando com a data de dezoito de dezembro, alertando que, caso contrário, o Sinasefe não terá tempo
103 hábil para organizar qualquer ação para o início do Ano Letivo. Denilza ressaltou que convocar uma plena é
104 obrigação da Direção Nacional, após qualquer conversa com o governo, pois nada pode ser deliberado pela DN
105 sem consulta às bases. Portanto é de acordo que a plena se realize dia dezoito, o que não impede que durante
106 a conversa o Fonasefe deixe claro que a responsabilidade é do governo. Por isso a plena deve ser convocada no
107 dia doze de dezembro, para dar tempo das seções mobilizarem suas bases. Reinscrito, João dialogou com Lobão
108 com relação a sua proposta de condicionar a convocatória da Plena à resposta do governo e propôs que deve
109 constar da pauta, além da campanha salarial, a possibilidade de discussão de um estado de greve ou indicativo de
110 greve. Lobão colocou que havia sido convencido para a convocação já de uma plena para o dia dezoito de
111 dezembro. Yuri reforçou que o Sinasefe deve colocar na conta do governo, a criação de circunstâncias que
112 inviabilizam o sucesso de uma negociação em seu real sentido. Expôs que deve prevalecer a realização de uma
113 plena, porque o que quer que o governo defina, entrará imediatamente na LOA. Ao final das falas, Denilza
114 apresentou o resumo dos encaminhamentos apresentados durante as intervenções: **1) Convocação imediata de
115 uma plena virtual para o dia dezoito de dezembro ; 2) Produção e publicação diária de matérias nas mídias
116 do Sinasefe sobre a campanha salarial; 3) Que a coordenação - geral elabore informes, a ser encaminhado
117 juntamente com a convocatória da plena, sobre as reuniões da Mesa de Negociação, pra subsidiar e qualificar
118 o debate na base. 4) Encaminhar também juntamente com a convocatória, texto da DN se disponibilizando a
119 participar do processo de mobilização das bases que acharem necessário, virtual ou presencialmente, custeados
120 pela base.** Superada a discussão, a mesa passou ao ponto de pauta “Composição das comissões do Sinasefe,
121 aprovadas no 35º Consinasefe”. Denilza resgatou a aprovação do quantitativo de dez membros, mais a
122 coordenação da Pasta; entretanto, segundo Denilza, não ficou claro se seria feito um novo reordenamento após
123 o 35º congresso, ou se a definição ficaria para o próximo Consinasefe. Com a palavra, Lobão colocou não estar
124 entendendo o que seria discutido acerca do tema. Fernando reafirmou não estar entendendo também o que



Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco
C, Edifício Serra Dourada, Salas 109
e 110. CEP: 70300-902. BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2192-4050
E-MAIL: dn@sinasefe.org.br

WWW.SINASEFE.ORG.BR



SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988

FILIADO À:



125 estava sendo discutido; porque estava sendo tocado só no ponto das comissões no pós – congresso. Destacou que
126 todas as decisões são políticas e o que caberia a DN decidir é que se, a partir do dia vinte de novembro seriam
127 feitas todas as alterações estatutárias aprovadas no congresso ou somente a partir do próximo Consinasefe. Lobão
128 concluiu sua fala afirmando que há um parecer da assessoria jurídica e que a Direção Nacional não vota isso e
129 que o Coletivo Pão e Rosas estaria disposto a manter o terceiro nome, entretanto, a ordem é importante. A seguir,
130 Lucrécia solicitou e foi concedido direito de resposta por ter sido citada por Lobão. Ainda sobre o tema, Ivo da
131 Silva informou que ainda não há parecer da AJN a respeito da questão. Destacou ainda, que as novas pastas
132 aprovadas, não têm como ser implementadas de imediato, faz-se necessário que o Estatuto esteja devidamente
133 atualizado e registrado em cartório; entretanto, quanto às duas coordenações aprovadas no 35º Consinasefe,
134 não há necessidade de aguardar o congresso eleitoral para que possam ser constituídas. Lucrécia ressaltou que a
135 coordenação de Pessoal está há um ano e meio com um trabalho em andamento e que o Pão e Rosas, através de
136 David Lobão, abriu mão de uma vaga para que coubessem todos os componentes na comissão, entretanto, Lobão
137 agora vem reivindicando a aplicação da proporcionalidade. Andrea Moraes, Coordenação de Políticas para
138 Mulheres, destacou que é muito importante que as decisões políticas passem pela DN e que as comissões que já
139 existem e fizeram todo um trabalho de reestruturação das carreiras podem aguardar sem prejuízos a
140 implementação no próximo ano, o que não impede a formação das novas comissões. Conciliando a manutenção
141 do trabalho que já existe e aquilo que há de novo, aprovado, se cire as comissões. Rafaella Florêncio colocou que
142 durante a votação da tese que tratou da proporcionalidade houve uma pausa para consulta jurídica à assessoria
143 e que todos que votaram favoravelmente à tese, foi a partir da fala do Dr. Valmir, de que tudo que estava
144 regulamentado passaria a valer logo após o 35º Consinasefe. A seguir, Eurico pediu respeito, por parte de Lucrécia
145 ao coletivo Pão e Rosas e à chapa Sonhar e Lutar e que todas as situações de mudanças foram pautadas pelo
146 coletivo, não somente por David Lobão. Artemis Martins reforçou que em sua fala, Dr. Valmir colocou que o que
147 fosse referente a mandato teria que aguardar o prazo de nova eleição e como as comissões são indicações
148 políticas caberia imediata implementação. Reforçou que o que deveria ser definido pela DN é que se seriam já
149 aplicadas as deliberações acerca das comissões ou não. Rafaella propôs que o plantão busque na Ata do congresso
150 a intervenção de Valmir com a orientação em questão. João lembrou um parecer não é uma lei, mas uma
151 orientação e as coisas no sindicato devem ser resolvidas politicamente e que tanto as novas comissões, quanto as
152 antigas, a aplicação da proporcionalidade estará condicionada às duas ou a nenhuma ao mesmo tempo e que a
153 DN é a instância que encaminhará as resoluções congressuais e cabe à esta, pensar a melhor forma de fazê-lo.
154 João externou que a preocupação fundamental do coletivo MEP é paralisar a possibilidade de início da construção
155 de uma resolução política anterior, por não se chegar a um consenso no resultado desejado, que é o caso da
156 comissão das escolas vinculadas ao Ministério da Defesa e dos aposentados. Reafirmou a posição de seu coletivo
157 de que as duas comissões sejam instituídas, desde já, na forma da proporcionalidade, conforme aprovado pelo 35º
158 Consinasefe e que seja feita a recomposição das comissões já existentes somente após o próximo congresso
159 porque há todo um trabalho desenvolvido e há uma forma de organização que perdura por mais de um ano. Assim
160 sendo, o MEP entende que essa recomposição neste momento prejudicará o trabalho político da entidade junto
161 a outras entidades e junto ao governo federal no que tange às carreiras. A seguir, Karla Bertotti pediu cautela da
162 direção com a constituição de novas comissões, tendo em vista o pouco tempo para encerramento do mandato,
163 apesar de serem coisas distintas, mandato e comissões. Antonildo colocou que as reestruturações na CND e CNS
164 podem ser feitas a partir do próximo congresso e a imediata instalação das novas comissões, sem prejuízos ao
165 Sinasefe. Colocou também, que se mexer nesse momento, naquelas comissões que já têm um trabalho
166 estruturado pode ser muito ruim para o posicionamento da Direção Nacional, assim como para a categoria. A
167 seguir, Yuri lembrou que em seu GT apresentou um destaque e que o destaque não foi lido em plenário por ter



Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco
C. Edifício Serra Dourada, Salas 109
e 110. CEP: 70300-902. BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2192-4050
E-MAIL: dn@sinasefe.org.br

WWW.SINASEFE.ORG.BR



SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988

FILIADO À:



168 concordado com Artemis, que estava na condução da mesa, que não havia polêmica em torno do destaque
169 apresentado e a redação seria passada diretamente para o Dr. Valmir, para que o mesmo avaliasse a melhor
170 forma de encaixá-lo no Estatuto. Lembrou ainda, que no momento Dr. Valmir colcou que seu texto seria encaixado
171 nas disposições transitórias, colocação da qual ele Yuri diverge. A seguir, foi concedido a Artemis Martins direito
172 de respostas por ter sido citada por Yuri. Denilza apresentou a ponderação de que o parecer, a orientação ou
173 opinião do jurídico dá sustentabilidade, mas não define tudo e que a discussão é política. Neste sentido propôs
174 que as novas comissões deverão ser resguardadas nesse processo, por ser um processo político e estas não estão
175 em pauta. Concluiu colocando que, com relação às comissões já constituídas, o fato de já ter todo um trabalho
176 em andamento não deve ser um impeditivo para a recomposição das mesmas, por entender que as alterações
177 seriam ínfimas. David Lobão afirmou que não haverá mudanças na composição da CNSC, o que alterará é a ordem
178 e um membro ficará fora da discussão com o governo, pelo fato de somente os cinco primeiros poderem participar
179 da reunião com o governo. Eurico solicitou esclarecimento a Karla se todos os integrantes da comissão constituída
180 no último ESCIME são sindicalizado(a)s. Com a palavra, Karla colocou que a maioria das escolas militares é filiada
181 aos Institutos Federais, com algumas exceções e que quase toda a base é filiada ao Sinasefe, reforçando que a
182 representatividade existe. Em seguida Fernando colocou que a posição política do MLC é que se não será tudo
183 modificado, não devem ser escolhidos determinados pontos por conveniência de quem quer que seja. Reafirmou
184 que existe um trabalho em andamento nas comissões e que as pessoas precisam ser respeitadas. Finalizou
185 colocando que é preciso mais seriedade e honestidade no que está sendo defendido. Yuri destacou que o MLC
186 seria beneficiado com a imediata implementação da alteração congressual, entretanto, para o coletivo acima disso
187 está o melhor para o sindicato e reiterou que seu destaque, apesar de ter sido aprovado no GT, somente não foi
188 lido porque um erro de comunicação o fez pensar que o destaque não era polêmico e que somente por este
189 motivo não foi lido em plenário. Lucrécia Iacovino reafirmou suas falas anteriores e disse que não retiraria uma
190 palavra do que disse por serem verdadeiras e que não estava atingindo coletivo e sim a pessoa que retirou um
191 companheiro da comissão para colocar outro que era de sua conveniência. A seguir, Lobão pediu e foi concedido
192 direito de resposta, por ter sido citado indiretamente por Lucrécia. João parabenizou a condução dos trabalhos
193 por Denilza e destacou que o que deveria ser encaminhado era a reorganização das comissões existentes e a
194 organização das não existentes. Reafirmou que para os próximos seis meses a intervenção do Sinasefe será
195 prejudicada no caso de uma reorganização nesse momento. Em seguida agradeceu, em nome do MEP, a
196 generosidade do coletivo Pão e Rosas, na pessoa de David Lobão, de propor uma indicação, porém como não seria
197 coerente com o que o coletivo defende, o MEP agradeceu, mas abre mão da oportunidade oferecida pelo coletivo
198 Pão e Rosas. Após algumas ponderações e esclarecimentos, Denilza encaminhou a votação. **Proposta um (**
199 **nenhum voto)** – alteração imediata na composição das comissões CNS e CND. **Proposta dois (nove votos)** – Que
200 as comissões CNS e CND sejam reformuladas a partir da próxima gestão. **Abstenções (oito votos)**, com duas
201 declarações de voto. Superada a votação, Artemis Martins propôs que, em função do horário, que o plantão faça
202 uma consulta à DN e agende nova reunião em breve espaço de tempo, para tratar especificamente dos pontos
203 que faltaram discutir, que foram: CAF: atualização da situação financeira do Sinasefe; Reforma da casa; Prestação
204 de contas pelo Conselho Fiscal na próxima Plena; 5) Plenária Nacional em fevereiro; 6) 36º Consinasefe. Houve
205 consenso e, às 22h08min Denilza deu por encerrada a 15ª Reunião da Direção Nacional, gestão 2022/2024. Nada
206 mais havendo a tratar, eu Rita Sidmar Alencar Gil, Secretária – geral, lavro a presente Ata, que após lida e aprovada
207 será assinada pelos coordenadores do Sinasefe Nacional.



Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco
C, Edifício Serra Dourada, Salas 109
e 110. CEP: 70300-902. BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2192-4050
E-MAIL: dn@sinasefe.org.br

WWW.SINASEFE.ORG.BR